

Mobilidade e *affordance*¹ como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente

Hartmut Günther
Universidade de Brasília

Resumo

Partindo de uma reflexão sobre a multiplicidade disciplinar, teórica, metodológica e terminológica e utilizando uma analogia com o modelo multivariado da correlação canônica, propõe-se o rótulo *Estudos Pessoa-Ambiente* para englobar as diferentes sub-áreas disciplinares e temáticas que lidam com as relações recíprocas pessoa—espaço físico. Segue uma discussão de quatro conceitos do espaço (espaço pessoal, territorialidade, apinhamento e privacidade) e sua relação com mobilidade. Após algumas considerações sobre *affordance* sugere-se o elo mobilidade—*affordance* como elemento molecular da relação recíproca pessoa—espaço físico no cerne dos estudos pessoa-ambiente.

Palavras-chave: espaço; mobilidade; *affordance*; estudos pessoa-ambiente; psicologia ambiental

Abstract

Mobility and affordance as the core of Person-Environment Studies. Starting with a reflection on the disciplinary, theoretical, methodological and terminological multiplicity, and using the analogy of the multivariate model of the canonical correlation, the use of the label Person-Environment Studies is justified. This is followed by a discussion of four spatial concepts (personal space, territoriality, crowding and privacy) and their relationship to mobility. After some comments about *affordance*, it is suggested that the mobility—*affordance* link constitutes the molecular element of the reciprocal person—physical space relationship at the core of the Person-Environment Studies.

Key words: space; mobility; *affordance*; person—environment studies; environmental psychology

Este trabalho constitui uma tentativa de responder ao desconforto manifestado dentro e fora da Psicologia Ambiental, quando se levanta a pergunta sobre as teorias da área. Em 1985, Darley e Gilbert afirmaram:

Psicologia ambiental não é uma sub-disciplina integrada dentro da disciplina de Psicologia. Pode ser mais útil pensar em psicologia ambiental como uma federação de várias áreas ativas de pesquisa, dentro da qual pesquisadores são conectados por um conjunto de atitudes de pesquisa e preocupações meta-científicas compartilhadas, mas não apresentam um conjunto de técnicas analíticas ou postulados teóricos integrativos. Nem é apropriado exigir que tenham. Psicologia ambiental é um conjunto de atividades centradas em problemas e não em teoria, e não faz parte da natureza de tais empreendimentos estar limitada por uma formulação teórica única (p. 949).

Dez anos depois Stokols (1995) considerou como paradoxal o fato da Psicologia Ambiental ter se expandido durante três décadas, ao mesmo tempo em que a identidade da área teria se tornado cada vez mais difusa. No mesmo ano, Wapner (1995) editou um número especial sobre as múltiplas relações entre Psicologia Ambiental e áreas correlatas da Psicologia. Mais recentemente, Gifford (2002) questionou até que ponto um modelo e/ou uma teoria seriam úteis para a área e especificou alguns parâmetros para uma teoria.

Diante do desafio implícito nestes poucos exemplos, apresentam-se neste trabalho algumas reflexões sobre a definição da área diante da multiplicidade disciplinar, teórica e metodológica, bem como acerca da relação entre dimensões de espaço e mobilidade, para chegar ao binômio mobilidade—*affordance* como uma aproximação a uma teoria integrativa desta área de estudo.

Relações recíprocas pessoa–ambiente

Partimos da definição de Psicologia Ambiental de Gifford (1997), segundo a qual Psicologia Ambiental é “o estudo da transação entre indivíduos e o cenário físico. Nestas transações, indivíduos modificam o ambiente e seu comportamento e experiência são modificados pelo ambiente” (p. 1). Esta definição leva em conta os três elementos básicos da Psicologia Ambiental: (a) comportamento e experiência humanos; (b) espaço (ou cenário) físico; e (c) a ligação *recíproca* entre (a) e (b). Em um primeiro momento, é possível entender *psicologia* como se referindo ao elemento *comportamento e experiência*, *ambiente* ao *espaço físico*, e a ligação recíproca estaria relacionada àquela vertente específica da psicologia que é adjetivada por *ambiental*. Entretanto, argumentamos, a seguir, que os três elementos subsidiam mais áreas de estudo, todas elas potencialmente unidas ou identificáveis pelos elementos comportamento, espaço e reciprocidade, razão pela qual os mesmos merecem um rótulo mais incluído do que *psicologia ambiental*.

Comportamento e experiência

Comportamento e experiência podem ser considerados tanto em nível individual quanto de grupo. Além do mais, comportamento e experiência devem ser compreendidos não como univariados, mas constituindo um conjunto de eventos acontecendo paralelamente e de forma interrelacionada. Enquanto se trata somente da questão do impacto unidirecional do espaço físico sobre o comportamento e experiência das pessoas, várias áreas das ciências sociais estudam estas manifestações, em escalas que vão desde o indivíduo até grupos do tamanho de uma nação. Embora os territórios não estejam sempre bem delimitados, podemos lembrar que, de maneira geral, a Psicologia estuda o indivíduo, a Sociologia grupos, a Antropologia grupos culturais e as Ciências Políticas, grupos nacionais / políticos. Mesmo na Psicologia, embora a unidade de análise seja o indivíduo, entende-se que o mesmo funciona não de maneira isolada, mas na presença, real ou imaginária, de outros, em uma situação que pode ser chamada de ambiente (ou cenário) social.

É importante observar que a distinção entre ambiente físico e ambiente social nem sempre é mantida explicitamente, já que relações sociais podem até ser definidas em termos espaciais (e.g., Hall, 1959; 1966). Sem querer estabelecer delimitações e territórios rígidos, é possível afirmar que a interação entre indivíduos e o ambiente social é objeto de estudo da Psicologia Social. Por outro lado, a interação entre indivíduos (e grupos de) e o ambiente físico é objeto da Psicologia Ambiental, razão pela qual preferimos falar, a seguir, em espaço ou cenário físico, e reservar o adjetivo *ambiente* para tratar da relação recíproca entre indivíduo e espaço, e.g., psicologia ambiental.

Espaço físico

O espaço físico igualmente é multifacetado. A percepção dos cenários físicos não somente passa por múltiplos sentidos (visão, audição, etc.), mas registra múltiplos estímulos ao

mesmo tempo. Entretanto, dificilmente, responde-se ou se é atingido por apenas um aspecto deste ambiente físico, mas por sua *gestalt*, composta por múltiplos estímulos. Considerado apenas o impacto das pessoas enquanto *homo faber* sobre o espaço, inúmeras ciências e profissões estudam, criam e modificam o mesmo em suas diferentes escalas desde o desenho de um simples objeto de uso diário até o planejamento de uma residência, cidade ou de um parque nacional. Novamente, apesar das delimitações fluidas, a escala dos espaços físicos é menor no caso da Ergonomia, aumenta no Desenho Industrial, há um deslocamento de objetos para espaço no caso do Desenho de Interiores, e continua no aumento de escala com a Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo.

Relação recíproca

Entretanto, estudar o impacto do espaço sobre as pessoas ou destas sobre o espaço, significa estudar relações essencialmente unidirecionais. Na primeira relação, objeto das ciências sociais, comportamento e experiência constituem a figura, contra o fundo do espaço físico. Na segunda relação, de interesse de áreas como Ergonomia, Desenho, Arquitetura, Paisagismo ou Urbanismo, o espaço constitui a figura, contra o fundo de comportamento e experiência. O que distingue a atual discussão é o elemento da *ligação recíproca*. O objeto de estudo não (somente) consiste das relações unidirecionais, o impacto das pessoas sobre o espaço e o do espaço sobre as pessoas, mas do processo de retroalimentação entre comportamento e experiência das pessoas e o espaço físico. Embora várias definições da área tratem da *relação* entre pessoas e espaço físico, enfatizamos que a Psicologia Ambiental se distingue de outras áreas da Psicologia no sentido de estudar explicitamente esta relação *recíproca* e circular entre estes dois elementos. Algo semelhante pode ser dito sobre a Sociologia Ambiental, delimitada por Dunlap, Michelson e Stalker (2002, p. 15) em termos da sua ênfase na interação entre fenômenos sociais e espaciais.

Na Figura 1, apresentamos, em um lado, dimensões sociais (e, implicitamente, áreas disciplinares) que tratam do comportamento e da experiência e, no outro, dimensões que tratam do espaço físico (e, implicitamente, áreas de disciplinas). Seriam, respectivamente, figura e fundo dependendo da perspectiva unidirecional sobre pessoa e ambiente. Argumentamos que o estudo da relação recíproca entre pessoas e espaço físico, colocado no meio da Figura 1, constitui o nexo entre os dois conjuntos de variáveis e dissolve a questão de figura–fundo apontada por Pinheiro (2002).

Embora em um primeiro momento seja apresentada de maneira bi-dimensional, poderíamos expandir a Figura 1 para incluir uma terceira dimensão, que acrescentaria diferentes concepções teóricas de pessoas, grupos, etc., bem como de objetos e espaços. Em outras palavras, a natureza multifacetada, tanto no lado social quanto no espacial, diz respeito, no lado social não somente à variabilidade comportamental e experiencial de indivíduos e/ou grupos, mas à variabilidade daquilo que é considerado saliente em função de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e

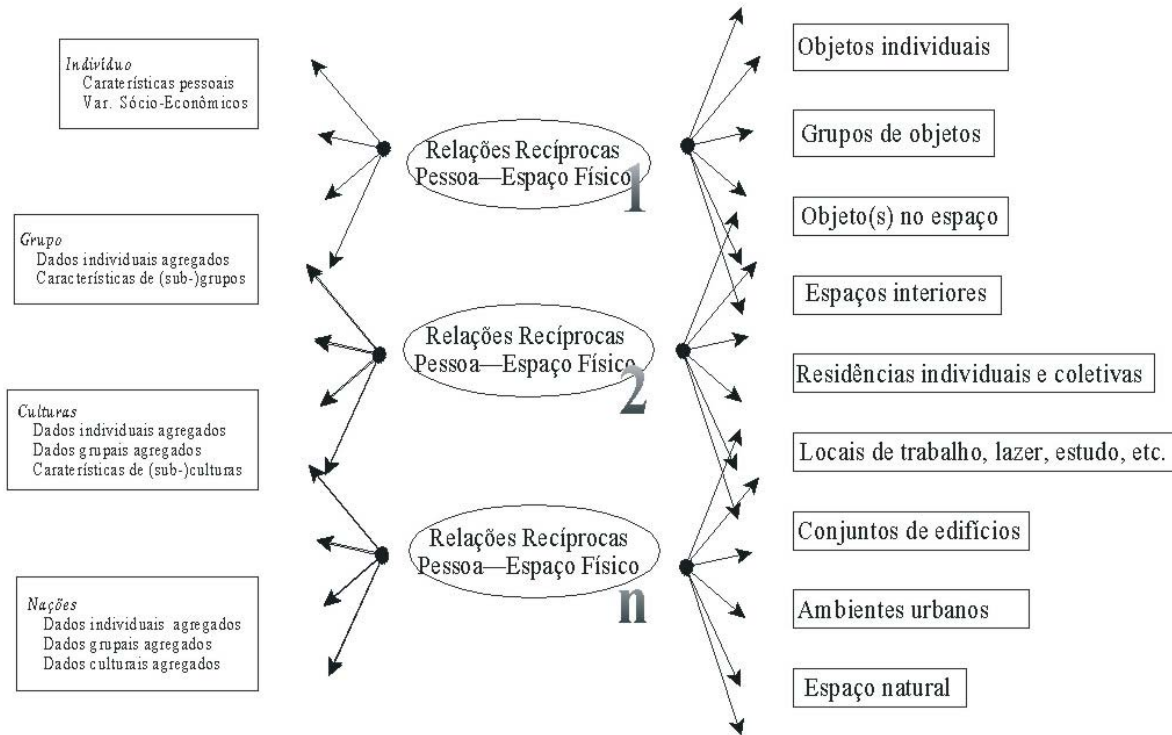


Figura 1. Uma analogia de correlação canônica: ao lado esquerdo, o conjunto de variáveis pessoais, ao lado direito o conjunto de variáveis espaciais. No meio, as múltiplas interfaces entre sub-grupos de variáveis, assim, constituindo sub-áreas de estudo ou tema do campo de *Estudos Pessoa—Ambiente*.

disciplinares. No lado espacial, a variabilidade tanto no objeto de estudo quanto na saliência percebida em função de óticas teóricas, metodológicas e disciplinares aumenta correspondentemente.

A analogia com a correlação canônica

Fazer uma analogia com a correlação canônica² pode nos ajudar a re-ver a unidade nesta diversidade. A partir de dois conjuntos de variáveis, no caso, os dos lados social e espacial da Figura 1, a análise canônica extrai um ou mais *variados canônicos*, cada um dos quais sumariza diferentes relações, isto é, liga sub-conjuntos de variáveis distintos dos respectivos conjuntos, sem especificar quais dos dois conjuntos constitui as variáveis *crítérios* (figura) e quais as variáveis *preditoras* ou *antecedentes* (fundo). Enquanto os variados canônicos extraídos numa determinada análise sumarizam as múltiplas relações entre os dois conjuntos de variáveis que estão sendo estudadas, na nossa analogia, cada “variado canônico” – as elipses no centro da figura – constitui uma das muitas maneiras de estudar as relações recíprocas pessoa–espaço físico, i.e., áreas de estudo conforme a ênfase dada a distintos aspectos do lado social (pessoa / grupo, teoria, método, disciplina) e espacial (tipo de espaço, abordagem disciplinar). Estes “variados canônicos”, as diferentes relações recíprocas, tanto são as tradicionais sub-áreas da Psicologia, Sociologia, Ergonomia, Arquitetura, etc., volta-

das para estudar o aspecto relacional, quanto a multiplicidade de temas apontada por Stokols (1995), cada uma constituindo posição mediadora entre “indivíduos e cenário físico”, na definição de Gifford citada acima.

A título de exemplo, mencionamos o estudo de Martha Muchow (Muchow & Muchow, 1935/1998) sobre o espaço vital da criança urbana, na qual estudou tanto as *affordances* da cidade quanto a apropriação da mesma pelos jovens numa cidade grande. Quanto ao lado esquerdo da Figura 1, ela analisou indivíduos, incluindo seus dados pessoais, como idade e nível social. Quanto ao lado direito da Figura 1, entrevistou e observou os jovens no contexto de residências e ambientes urbanos, como ruas, espaços não-utilizados ou loja de departamento. O “variado canônico” neste exemplo, a relação recíproca pessoa-ambiente físico, pode tanto ser concebido como sub-área *psicologia ambiental / desenvolvimento*, quanto tema *criança urbana* (e.g., Chawla, 2002; Lynch, 1977). Obviamente, o “variado canônico” pode apresentar variações, na medida em são utilizadas óticas teóricas e/ou metodológicas diferentes em um e/ou outro lado da Figura 1.

Se a amplitude temática, metodológica e teórica contribui, nas palavras de Sommer (2000) para a “incerteza sobre a natureza da área e o uso inconsistente de termos como disciplina, área de estudo e profissão” (p. 1), submetemos, neste momento, que os muitos “variados canônicos”, isto é, as muitas relações recíprocas pessoa–espaço físico, têm origem

numa mesma preocupação, que tenta relacionar essas variáveis pessoais e espaciais. Concluindo este segmento, resta perguntar que termo utilizar para englobar as diversas sub-áreas que lidam com a relação recíproca entre pessoas e espaço físico?

Uma perspectiva multilateral

Poder-se-ia argumentar que *psicologia ambiental* ou *arquitetura comportamental* constituem apenas sub-áreas de estudo, não campos de trabalho profissional, portanto seriam termos disponíveis para caracterizar áreas de estudo abertas a qualquer interessado, mesmo sem vínculo profissional. No contexto cultural brasileiro, entretanto, o *não-profissional* freqüentemente é destrutado e se sente como um intruso na sub-área de estudo que faz parte de uma outra área de estudo / profissão que não a sua.

Percorrendo a literatura, encontramos vários termos e adjetivações, como no caso da Psicologia Ambiental. Gifford (1997) usa *transação* na sua definição da área (vide acima), com o que faz referência explícita à perspectiva transacional de Altman (Altman & Rogoff, 1987; Werner & Altman, 1998). Bell, Greene, Fisher e Baum (2001, p. 6) falam da *relação molar* entre comportamento e experiência e o ambiente construído e natural. Pinheiro (2001), em revisão do cenário histórico brasileiro da área, refere-se à Psicologia Ambiental como “campo das inter-ações humano-ambientais” (p. 22). É tratada da mesma maneira por Del Rio & Oliveira (1996, p. ix), sendo que estes dois autores são arquiteto e geógrafa, respectivamente.

Procurar um termo “neutro” para juntar profissionais e estudiosos das mais diferentes perspectivas disciplinares e teórico-metodológicas, que tratam de maneira multilateral as múltiplas relações recíprocas entre pessoas e ambiente, não

significa negar que *nomen est omen* [o nome tem significado]. *Psicologia ambiental* e *psicologia ecológica* implicam em abordagens diferentes, da mesma maneira como *interação* e *transação* têm bases filosóficas distintas (cf., Altman & Rogoff, 1987). Assim, em vez de *multi-*, *trans-* ou *interdisciplinar*, usamos o termo *multilateral*, oriundo das relações internacionais, propositalmente, porque nos remete à questão da territorialidade, tão central na academia e no exercício profissional quanto na diplomacia.

A Figura 2 tenta explicitar as contribuições e a convivência multilateral de várias disciplinas em volta de uma perspectiva comum: os múltiplos “variados canônicos”, ou seja, relações recíprocas pessoa–espaço físico. A título de exemplo: a Psicologia Ambiental é aquela sub-área da Psicologia que compartilha com as demais sub-áreas dentro do círculo (Sociologia Ambiental, Antropologia Aplicada, Geografia Social, e partes de Arquitetura, Planejamento Urbano, Desenho / Ergonomia, Paisagismo entre outros) o interesse nas relações recíprocas pessoa—espaço físico. Desta maneira, o “psicólogo ambiental”, dentro do trapezóide, compartilha com a Psicologia suas especificidades teóricas e metodológicas, pode ter doutorado em Psicologia ou qualquer outra área representada por trapezóides, mas enquanto profissional provavelmente é psicólogo. Ao mesmo tempo, este “psicólogo ambiental” assume uma segunda identidade junto com os demais estudiosos dentro do círculo, por compartilhar as preocupações representadas pelo círculo. Um exercício correspondente pode ser feito para os demais trapezóides.

Qual, então, o denominador para o campo multilateral representado pelo círculo? Por várias razões, consideramos apropriado o rótulo *Estudos Pessoa–Ambiente* (EPA). Sendo uma área acadêmica, que recebe sua inspiração da realidade e visa subsidiar ações na realidade, reside na pesquisa sua

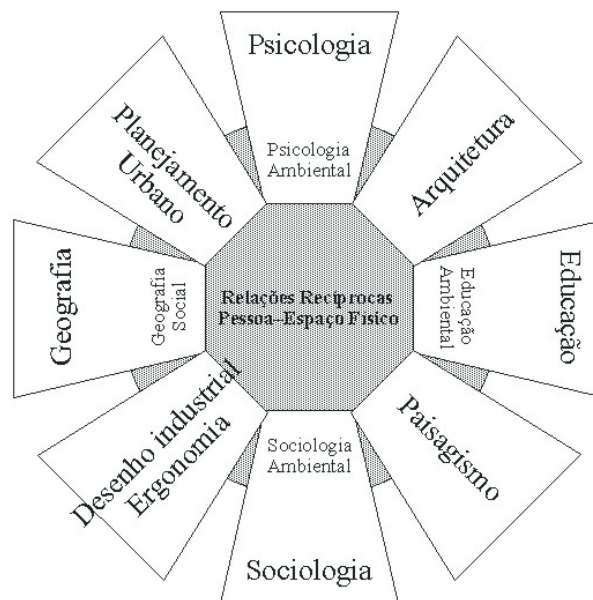


Figura 2. A inserção multilateral de diferentes sub-áreas de disciplinas no campo de *Estudos Pessoa–Ambiente*.

contribuição fundamental. Quanto à primazia implícita da pesquisa diante da resolução de inúmeros problemas sociais, lembramos apenas da afirmação, atribuída a Kurt Lewin, de que nada seria “mais prático do que uma boa teoria”. O uso do termo *pessoa* ao invés de indivíduo, torna o rótulo (EPA) mais incluyente, por evitar uma ligação forte demais com a Psicologia. Embora comportamento no lugar de pessoa tenha a vantagem de resultar numa simples tradução de *Environment-Behavior Research / Studies*, a palavra *comportamento* acarreta associações enviesadas no meio (acadêmico) brasileiro, podendo ser confundida com o behaviorismo. Além do mais, seria freqüente a necessidade de explicitar que, nesse contexto, comportamento deve ser entendido como comportamento e experiência. *Ambiente*, finalmente, engloba melhor as múltiplas formas do espaço físico, além de incluir os objetos que por suas *affordances* (vide a seguir) afetam a relação pessoa–espaço físico.

Espaço e mobilidade

Na medida em que o círculo da Figura 2 reúne, sob um rótulo, múltiplas maneiras de estudar as relações recíprocas pessoa–espaço físico a partir de perspectivas disciplinares diferentes, continua o desafio de Darley e Gilbert (1985). Até que ponto o círculo EPA não seria, ainda mais do que a Psicologia Ambiental, apenas uma “federação de várias áreas ati-

vas de estudo” e, sendo “um conjunto de atividades centradas em problemas e não em teoria, não [faria] parte da natureza de tais empreendimentos estar limitada por uma formulação teórica única?” (p. 949).

Argumentamos que os objetos de estudo, ou seja, as relações recíprocas pessoa–espaço físico, acontecem *no* espaço físico mediante mobilidade. Na Figura 3 apresentamos quatro conceitos do ambiente físico, salientes para comportamento e experiência: espaço pessoal, territorialidade, privacidade e densidade / apinhamento³. Sommer (1969) define *espaço pessoal* como uma “área com limites invisíveis cercando o corpo de uma pessoa na qual intrusos não são permitidos” (p. 26). Gifford (1997) apresenta uma definição abrangente de *territorialidade* como “conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou idéia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação” (p. 120). Altman (1975) define *privacidade* como “controle seletivo do acesso a si mesmo ou a seu grupo” (p. 18). *Densidade*, finalmente, trata do número de indivíduos por unidade de espaço, portanto uma medida objetiva, enquanto *apinhamento* refere-se a um estado psicológico que inclui estresse e a motivação de sair de uma situação percebida subjetivamente como densa (Bell et al., 2001, p. 320).

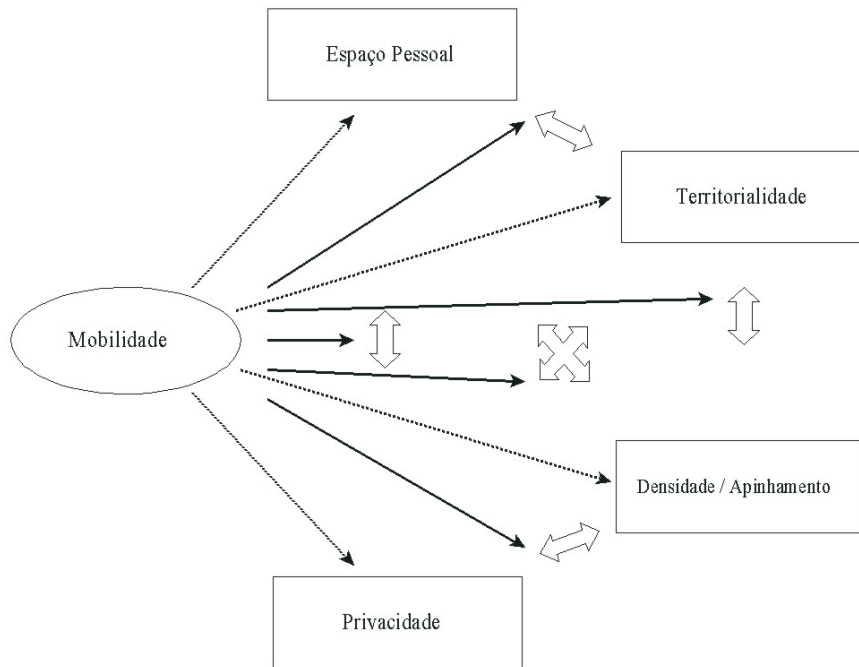


Figura 3. A relação entre mobilidade e quatro conceitos do espaço físico. As setas pontilhadas apontam as relações entre mobilidade e os conceitos de espaço físico; as setas largas apontam as relações entre os conceitos de espaço físico; e as setas contínuas apontam as relações entre a mobilidade e as relações entre os conceitos de espaço físico.

Com exceção de privacidade, cada um destes conceitos tem duas vertentes: uma refere-se a espaço físico, cujas propriedades podem ser aferidas de maneira objetiva; e a outra constitui uma avaliação subjetiva, pessoal / social, não somente por parte de um indivíduo, mas do indivíduo enquanto parte de um grupo. Espaço pessoal, territorialidade e privacidade, especialmente enquanto inverso de apinhamento, têm função de estabelecer, esclarecer e manter relações sociais, da mesma maneira como são consequência de acordos sociais. A definição de territorialidade como algo “baseado em controle percebido, tentado ou real” implica que território não é algo estável, mas depende de acordos sociais entre o detentor de direitos e os que respeitam, ou não, estes direitos. Acrescentamos que tais acordos sociais aplicam-se igualmente a espaço pessoal, privacidade e, até certo ponto, apinhamento. Se espaço pessoal é algo “cercando o corpo de uma pessoa no qual intrusos não são permitidos”, tal regra somente faz sentido diante da existência de um outro, que potencialmente pode se tornar um intruso. Privacidade, definida como “controle seletivo do acesso a si mesmo ou a seu grupo”, igualmente supõe uma outra pessoa, cujo acesso precisa ser controlado. Apinhamento, *idem*, supõe outra(s) pessoa(s), esteja(m) esta(s) presente(s) ou não. Observa-se, finalmente, que, embora amplamente estudados no contexto da Psicologia, esses quatro conceitos não se aplicam apenas ao indivíduo, mas se pode falar igualmente, do espaço pessoal, da privacidade, do apinhamento e, mais óbvio, do território de um grupo.

Acrescentamos um quinto elemento à Figura 3: a mobilidade. As dimensões físicas e psicológicas de espaço: pessoal, territorialidade, apinhamento e privacidade variam, antes de mais nada, na medida em que as pessoas se deslocam de um lugar para outro. O movimento de uma pessoa (ou grupo de pessoas) afeta de maneira imediata e direta o seu espaço pessoal, a sua privacidade, o tamanho do seu território, a densidade e o apinhamento do espaço dentro do qual a pessoa se move.

No que diz respeito a espaço pessoal, embora *portátil*, este é afetado na medida em que o movimento no espaço leve a pessoa em contato com o espaço pessoal de uma outra pessoa. Da mesma maneira, reciprocamente, características de espaço pessoal de um e do outro podem facilitar ou restringir a sua mobilidade (estas relações são indicadas por setas pontilhadas). O movimento no espaço afeta tanto a densidade do recinto que está sendo deixado, quanto aquele no qual se está entrando. Movimento pode implicar em mais ou menos privacidade no novo espaço ocupado e na medida em que presença ou ausência em um território pode implicar mais ou menos controle sobre o mesmo, pode até afetar o seu tamanho.

Mais especificamente, o movimento por parte de uma pessoa A tanto afeta como é afetado pelas características subjetivas, i.e., a maneira como espaço pessoal, territorialidade, apinhamento e privacidade são percebidos pela pessoa A, quanto pela maneira como estas mesmas características estão sendo atribuídas / concedidas pela pessoa B à pessoa A,

conforme acordos sociais assinaladas acima. Por exemplo: na medida em que a pessoa A avança na direção da pessoa B, pode sinalizar maior intimidade, por englobar o outro no seu espaço íntimo, ao mesmo tempo que isto pode afetar o conforto do outro, que, por sua vez, pode ou não aceitar tal avanço – como seria, por exemplo, o caso da aproximação de um vendedor (A) na direção de um potencial cliente (B) numa loja de departamento. A mudança dos estados subjetivos das pessoas A e B como consequência desta movimentação está acompanhada pela sensação, ou não, de apinhamento. Além do mais, especialmente quando B sequer tinha percebido A, mas estava envolvido numa interação com C (no nosso exemplo, cônjuge de B), pode sentir sua privacidade invadida, na medida em que um território físico ou ideal, tratando de um assunto de interesse particular de B e C (que ainda estão decidindo se procuram um vendedor), fora atingido. Obviamente, na medida em que A se movimenta na direção de B e B se sente afetado, B reage e pode incentivar ou desestimular A: inicia-se um *feedback loop* entre mobilidade e os diferentes espaços, isto é, estabelece-se a relação recíproca pessoa—espaço físico.

Embora a relação recíproca entre mobilidade e os diferentes espaços se inicie a partir do espaço pessoal ou da territorialidade ou do apinhamento ou da privacidade, a mobilidade afeta as relações entre todos os quatro espaços, indicados na Figura 3 por setas grossas. Assim, as linhas se estendem tanto entre mobilidade e tipos de espaço (setas pontilhadas), quanto mobilidade e relações entre os mesmos (setas contínuas).

Quais as implicações destas relações recíprocas entre mobilidade e os espaços? Goethe (apud Dobel, 1999) perguntou “*Willst du immer weiter schweifen? Sieh, das Gute liegt so nah*” [Queres andar cada vez mais longe? Veja, as coisas boas estão tão perto] (p. 292). Esta indagação aponta para a constatação de que, além do reflexo de orientação, mobilidade enquanto exploração é essencial para o desenvolvimento e bem-estar humanos. No decorrer do desenvolvimento (seja em nível individual, social ou nacional), áreas progressivamente maiores são exploradas para se ter acesso a recursos cada vez mais complexos. Por exemplo, na medida em que uma criança se desenvolve e se torna cada vez mais móvel, explorando mais e mais o seu ambiente, tende a expandir o tamanho e o controle sobre seu espaço pessoal, território, apinhamento e privacidade, além de afetar os domínios dos seus irmãos, pais, parentes, pares e demais pessoas, com consequências imediatas, a curto e a longo prazo. Inversamente, uma redução da mobilidade, seja por causa de idade ou algum outro impedimento pessoal ou socialmente imposto, espelha tamanho e controle na direção oposta. Supondo, então, que exploração e a mobilidade concomitante sejam necessidades humanas básicas, a pergunta anterior poderia ser posta também em termos de por que é que as pessoas param de explorar quando não há limites aparentes?⁴

Tamanho e grau de controle de espaço físico, entretanto, não são apenas um fim em si mesmos, mas também relevantes

para o bem-estar da pessoa. O grau de mobilidade afeta o acesso a duas classes de elementos: (a) bens materiais e idéias importantes subjetiva e objetivamente, e (b) *affordances* do ambiente. Enquanto que a primeira relação, entre mobilidade e acesso a bens, possa parecer intuitivamente óbvia, é a segunda que merece atenção especial.

Affordance

Anteriormente ressaltamos que o espaço físico é multifacetado, mas mesmo assim, dificilmente, se responde ou se é atingido por apenas um aspecto do ambiente, mas por sua *gestalt*, composta por múltiplos estímulos. Quais seriam estes múltiplos estímulos? Gibson (1979/1986), vindo da psicologia experimental e percepção visual, desenvolveu a teoria da *affordance* que se refere ao que é oferecido pelo ambiente ao organismo que com ele interage. Gibson define “as *affordances* do ambiente [como] aquilo que *oferece* ao animal, o que *providencia* ou *fornece*, ou para o bem ou para o mal. ... refere tanto para o ambiente quanto para o animal ... implica na complementariedade entre animal e ambiente” (1979/1986, p. 127, itálico no original). O autor inclui entre as *affordances*: o meio (e.g., o ar); as substâncias (e.g., água e matéria sólida); as superfícies e seus traçados; os objetos e outras pessoas e animais. Afirma ainda que “as mais ricas e mais elaboradas *affordances* do ambiente são dadas pelos outros animais e, para nós, pelas outras pessoas” (p. 135).

Vale ressaltar que Lewin já falou no *Aufforderungscharakter* dos objetos no ambiente, traduzido para o Português, via Inglês, como *valência* (cf. Lewin, 1933/1975), embora uma tradução mais apropriada devesse ser *caráter de instigação*, no sentido de que há nos objetos características que demandam ou provocam determinados comportamentos. Koffka, outro psicólogo gestaltista, falou por sua vez em características de demanda dos objetos. Gibson (1979/1986) se diferencia destes precursores gestaltistas, afirmando:

o conceito de *affordance* é derivado destes conceitos de valor, convite e demanda, mas com uma diferença crucial. A *affordance* de algo *não muda* na medida em que as necessidades do observador mudam. O observador pode ou não perceber ou atender às *affordances*, de acordo com as suas necessidades, mas, a *affordance*, sendo invariável, sempre está ali para ser percebida. Uma *affordance* não está sendo atribuída a um objeto pelas necessidades do observador e seu ato de perceber. O objeto oferece o que faz porque é o que é. Certamente, nós definimos o que é em termos de física ecológica ao invés de física física, e por isto há significado e valor desde o início. Mas é um significado e valor de tipo novo (p. 138-139).

Gibson circunda a pergunta do significado afirmando que uma *affordance* aponta tanto para o ambiente quanto para o observador e diz que “a consciência do mundo e a consciência da relação complementar com o mundo não podem ser separadas” (p. 141). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que cada indivíduo tem sua consciência e relação com o ambiente, o mesmo tem suas *affordances* independentes do indivíduo.

Mobilidade e Affordance

Concluimos este ensaio com a afirmação de que o encontro da pessoa com as *affordances* do ambiente é predicado de movimento, sendo que este, por sua vez, é possibilitado, em parte, pela própria *affordance* do ambiente. Chegamos, então, à interface mais molecular da relação recíproca pessoa-espaco físico, na forma da relação mobilidade-affordance. Mobilidade, seja enquanto comportamento concreto ou experiência passada ou antecipada, proporciona acesso às *affordances* disponíveis nos diferentes espaços físicos percorridos. Dito de outra maneira, o elo que possibilita a relação recíproca entre pessoa e espaços físicos nos *Estudos Pessoa-Ambiente* é constituído pela mobilidade, enquanto comportamento e experiência frente às *affordances* do espaço físico.

Quais as implicações desta afirmação? Darley e Gilbert (1985) falaram da Psicologia Ambiental como uma federação de atividades sem teoria subjacente. A ampliação para *Estudos Pessoa-Ambiente*, numa primeira vista, parece somente reforçar a noção de federação por simplesmente ampliar o leque disciplinar. Preocupações mais recentes sobre a relação entre pessoa e espaços físicos em termos de figura-fundo encaminham para uma solução temática como, por exemplo *sustentabilidade* (e.g., Kruse, 2002; Pinheiro, 2002), semelhante à tentativa de Stokols (1995) de apontar para desafios postos por problemas sociais contemporâneos como ligação entre os elementos da federação.

Assim, concluimos que o elo mobilidade-affordance permite uma compreensão unificada das diferentes relações recíprocas pessoa-espaco físico nas sub-áreas disciplinares que compõem o campo de *Estudos Pessoa-Ambiente*.

Agradecimentos

O autor agradece o apoio recebido do CNPq, assim como a leitura crítica de Isolda de Araújo Günther e de dois consultores *ad hoc* anônimos.

Referências

- Altman, I. (1975). *The environment and social behavior: privacy, personal space, territory, crowding*. Monterey, Califórnia: Brooks/Cole.
- Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in Psychology: trait, interactional, organismic, and transactional perspectives. In D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (vol. 1, pp. 7-40). Nova York: Wiley.
- Bell, P. A., Greene, T. C., Fisher, J. D., & Baum, A. (2001). *Environmental Psychology* (5ª ed.). Belmont, Califórnia: Wadsworth/Thomson.
- Chawla, L. (2002). *Growing up in an urbanising world*. Londres: Earthscan.
- Darley, J. M., & Gilbert, D. T. (1985). Social psychological aspects of Environmental Psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of social psychology: Vol. 2. Special fields and applications* (3ª ed., pp. 949-991). Nova York: Random House.
- Del Rio, V., & Oliveira, L. (1996). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel.
- Dobel, R. (Org.). (1999). *Lexikon der Goethe-Zitate* [Dicionário de citações de Goethe] (3ª ed.). Munique: DTV.
- Dunlap, R. E., Michelson, W., & Stalker, G. (2002). Environmental sociology: an introduction. In R. E. Dunlap & W. Michelson (Orgs.), *Handbook of Environmental Sociology* (pp. 1-32). Westport, Connecticut: Greenwood.

- Gibson, J. J. (1979/1986). *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Gifford, R. (1997). *Environmental Psychology: principles and practice* (2ª ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Gifford, R. (2002, novembro). *The role of Environmental Psychology in the formation of environmental policy*. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional LAPSI-IAPS - Psicologia e Ambiente, São Paulo, SP, Brasil.
- Hall, E. T. (1959). *The silent language*. Garden City, Nova York: Doubleday.
- Hall, E. T. (1966). *The hidden dimension*. Garden City, Nova York: Doubleday.
- Hitt, J. (2003, 5 de janeiro). Goodbye, Columbus! *The New York Times Magazine*. Versão eletrônica, obtida em 4 de janeiro de 2003, de <http://www.nytimes.com/2003/01/05/magazine/05MENZIES.html>.
- Kruse, L. (2002, novembro). *Globalization and sustainable development as issues of Environmental Psychology*. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional LAPSI-IAPS - Psicologia e Ambiente, São Paulo, SP, Brasil.
- Lewin, K. (1933/1975). Forças ambientais no comportamento e desenvolvimento infantis. In K. Lewin, *Teoria dinâmica da personalidade* (pp. 71-115). São Paulo: Cultrix.
- Lynch, K. (1977). *Growing up in cities*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Menzies, G. (2002). *1421*. Londres: Bantam.
- Muchow, M., & Muchow, H. H. (1935/1998). *Der Lebensraum des Großstadtkindes*. [O espaço vital da criança urbana]. Weinheim: Juventa.
- Pinheiro, J. Q. (2001). (Um pouco da) Psicologia Ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In E. T. O. Tassara (Org.), *Panoramas interdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do urbano* (pp. 11-26). São Paulo: Educ.
- Pinheiro, J. Q. (2002). *Psicologia Ambiental no Brasil: como planejar o futuro com tão curto passado?* Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental, IX Simpósio Nacional de Pesquisa e Intercâmbio Científico/ANPEPP, Águas de Lindóia, SP, 28 de agosto a 01 de setembro.
- Pinheiro, J. Q., & Elali, G. A. (1998). Comportamento sócio-espacial humano. Manuscrito não-publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Sommer, R. (1969). *Personal space: the behavioral basis of design*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Sommer, R. (2000). Discipline and field of study: a search for clarification. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 1-4.
- Stokols, D. (1995). The paradox of Environmental Psychology. *American Psychologist*, 50(10), 821-837.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics* (4ª ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Wapner, S. (Org.). (1995). Relations between Environmental Psychology and allied fields [Special issue]. *Environment and Behavior*, 27(1).
- Werner, C. M., & Altman, I. (1998). A dialectical/transactional framework of social relations: children in secondary territories. In D. Görlitz, H. J. Harloff, G. Mey & J. Valsiner (Orgs.), *Children, cities, and psychological theories: developing relationships* (pp. 123-154). Berlin: de Gruyter.

Notas

- ¹ Utilizamos o termo original criado por Gibson (1979/1986), vez que mesmo em Inglês *affordance* é um termo que não aparece no *Webster's Third International New Dictionary* (1993) com 450.000 verbetes, nem no *Oxford English Dictionary* (1991) com mais de 5.000.000 verbetes.
- ² Para maiores detalhes estatísticos da correlação canônica, vide Tabachnik & Fidell, 2001.
- ³ Preferimos *apinhamento* como tradução de *crowding*, uma vez que é gerúndio do verbo transitivo *to crowd*, que implica em uma ação que então provoca um estado psicológico, da mesma maneira como apinhar refere-se a ação de encher demasiadamente. Outras traduções no Brasil incluem aglomeração, ajuntamento, superpovoamento e abarrotamento (Pinheiro & Elali, 1998).
- ⁴ Na primeira metade do século 15, a China iniciou uma exploração em larga escala do Ocidente, chegando até a ilha de Zanzibar, na costa da África. Em 1479, entretanto, todas as explorações terminaram, estaleiros foram fechados, documentos queimados. Em contraste, Cristóvão Colombo chegou ao que seria chamado de Índias Ocidentais em 1492, e Vasco da Gama passou pelo Cabo da Esperança, no sul da África, em 1497. Recente livro de Menzies (2002, apud Hitt, 2002) afirma, ainda, que o grupo de exploradores chineses chegou até a costa norte-americana.

Hartmut Günther, doutor em Psicologia Social pela University of California, em Davis (EUA), é Professor Titular no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Laboratório de Psicologia Ambiental [www.unb.br/ip/lpa]. Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia; Caixa Postal 4500; 70910-900; Brasília, DF. Tel.: (61) 307-2625, r. 220; E-mail: hartmut@unb.br

Recebido em 13.jan.03
Revisado em 06.jul.03
Aceito em 18.ago.03